

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO SOCIAL E ORÇAMENTO DE ESTADO (PESOE) 2022



1. INDICADORES MACROECONÓMICOS

Perspectiva-se um cenário moderado de crescimento para a economia de Moçambique para o ano de 2022, justificado pela melhoria da implementação das medidas de prevenção e do controlo dos níveis de infecção pela COVID-19, influenciada pelas campanhas de imunização através de vacinas. A tabela abaixo ilustra o comportamento dos indicadores macroeconómicos em 2020, e as projecções para o ano de 2021 e 2022.

Tabela 1: Principais pressupostos macroeconómicos

Indicadores macroeconómicos	2020	2021	2021	2022
	Real	Aprovado	Projectado	
Taxa de crescimento real (%)	-1,3	2,1	1,5	2,9
Taxa de inflação média anual (%)	3,1	5,0	5	5,3
Exportações (milhões de USD)	3.589	3.769	4.178	5.203
RIL (meses de cobertura de importação)	6,0	6,8	6,0	6,0

Fonte: PESOE 2022

1.1. Crescimento económico

Espera-se que a taxa de crescimento económico atinja 2,9% no exercício económico de 2022, o que equivale a um aumento de 0,8 p.p comparativamente com a Lei Orçamental de 2021. O Fundo Monetário Internacional e o *FocusEconomics* são mais optimistas, prevendo taxas de crescimento na ordem de 5,3% e 5,1% em 2022, respectivamente.

Entretanto, apesar destas perspectivas de crescimento serem maiores que a actual taxa de crescimento populacional em 2021 (2,5%) – INE, muito dificilmente o crescimento económico poderá se traduzir em ganhos de rendimento *per capita* e melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis, principalmente considerando os altos níveis de desigualdade, sendo que o País conta com um coeficiente de Gini de 54%¹, o que revela os altos níveis de desigualdades.

Conforme o INE, 10% da população mais rica absorve cerca de 43,1% da despesa total, enquanto os 10% da população mais pobre detêm apenas 0,8%, factores que levam Moçambique a ser classificado como o pior País de língua oficial portuguesa em África no Relatório de Desenvolvimento Humano 2020, tendo descido uma posição para 181.º lugar, face a 2019, entre 189 países avaliados.

Diante deste cenário, a recomendação deixada seria complementar o actual modelo de crescimento com políticas de redistribuição de rendimento, por exemplo, a revisão da política de colecta de impostos e gastos sociais e promoção de programas de apoio social à população mais necessitada de modo a promover maior equidade, inclusão e crescimento pró-pobres.

1.2. Inflação

A taxa de inflação prevista para o ano de 2022 é de 5,3%, cerca de 0,3p.p. acima da prevista na Lei Orçamento de 2021, revelando um agravamento do custo de vida e redução de poder de compra dos cidadãos num momento em que a sociedade ainda se ressentir dos efeitos negativos

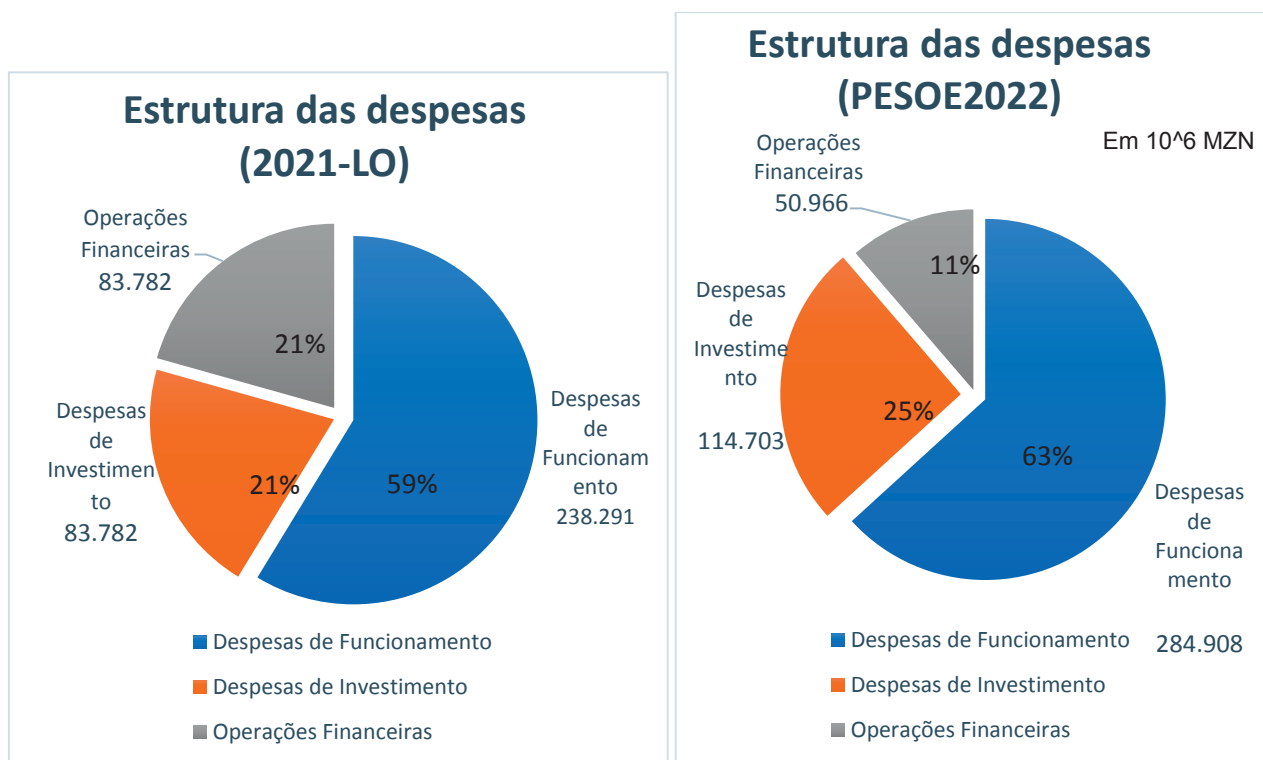
causados pela pandemia da COVID-19, e ainda algumas famílias sofrem o impacto causado pelas calamidades naturais, com destaque para os ciclones Idai e Kenneth. Outro aspecto relevante a ter em consideração é o facto de o efeito da subida dos preços dos combustíveis irá gerar uma inflação de custos, exacerbando ainda mais a situação do poder de compra dos moçambicanos.

Portanto, medidas para garantir a manutenção de um mínimo “socialmente aceitável” de poder de compra da população, como é o caso de subsidiar os sectores mais são afectados pela subida dos preços de combustíveis, políticas de redistribuição de rendimento que aliviam as carteiras dos cidadãos, sobretudo os menos favorecidos, tornam-se cruciais.

1. DESPESAS DO ESTADO

O PESOE 2022 prevê uma despesa total no valor de 450.576,8 milhões de Meticais, equivalente a 40,1% do PIB, um crescimento nominal de 11% relativamente à despesa prevista na LO 2021.

Gráfico 1: Estrutura da despesa



Fonte: PESOE 2022

As despesas de funcionamento, como já é habitual, continuam a absorver boa parte da despesa total tendo sido projectado que para o ano de 2022 cerca de 63,2% da despesa total seria para execução de despesas de funcionamento e as despesas de investimento na economia seriam de apenas 25,5%.

Entretanto, recomenda-se um incremento nas despesas de investimento, pois são conhecidos e provados os seus benefícios na economia, incluindo o seu efeito multiplicador.

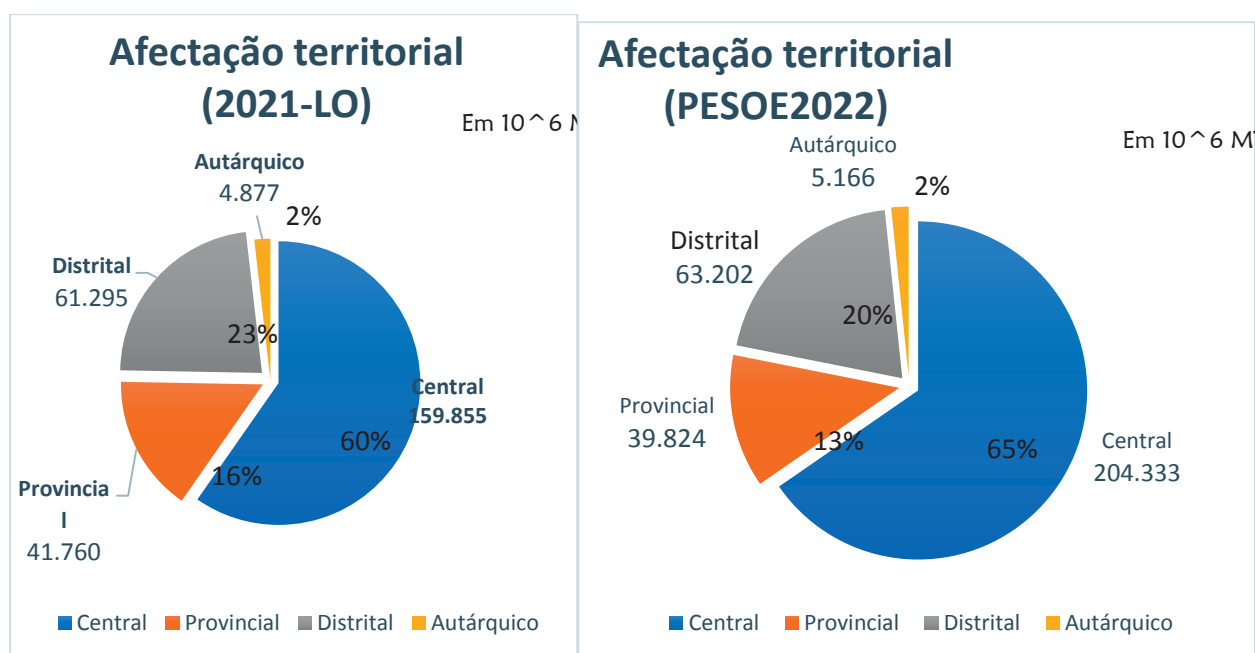
2. AFECTAÇÃO TERRITORIAL

O PESOE 2022 prevê que cerca de 65,4% do total de recursos será alocado ao nível central, contra os 59,7% do total de recursos do ano 2021, excluindo Encargos da Dívida e Operações Financeiras, equivalente a 204.332,5 milhões de MT, o que significa um incremento de 5,7 p.p., enquanto as despesas ao nível provincial deverão experimentar uma redução de 3p.p. do seu peso na despesa.

De acordo com o Governo, o incremento das despesas ao nível central - “centralização” - decorre da programação de projectos cuja realização reflecte-se ao nível local (parágrafo 119). Ainda assim, tal configuração não deixa de representar uma incoerência com o pilar de suporte ii) Promover a boa governação e a descentralização plasmado no Programa Quinquenal do Governo (parágrafo 8).

Em linhas gerais, a configuração da afectação territorial ainda não reflecte as mudanças que eram expectáveis no âmbito do projecto de descentralização resultante da revisão pontual da Constituição da República de 2018.

Gráfico 2: Afectação Territorial



Fonte: PESOE 2022

4. ORÇAMENTOS SECTORIAIS

Num esforço para o alcance dos compromissos assumidos internacionalmente, o Governo deverá alocar cerca de 159.690,7 milhões de MT, equivalente a 51,1% da Despesa Total, em compromissos sectoriais, excluindo os Encargos Gerais do Estado, o que representa um incremento de 3,2 p.p. face a LO 2021.

4.1. SAÚDE

A despesa prevista corresponde a 42 161,7 milhões de Meticais, 13.5% da despesa total. Apesar de representar um crescimento nominal de 12,7% relativamente a 2021, a alocação prevista está abaixo da meta de 15%, uma diferença de 1,5p.p.

Um aspecto preocupante na repartição das despesas destinadas a este sector está relacionado ao facto de, tendencialmente, maior parte dos recursos ser destinada às despesas de funcionamento do sector em detrimento das de investimento que contribuem para aumentar a rede de cuidados de saúde e aumentar a proximidade das unidades de saúde das populações.

Apesar dos progressos registados, principalmente devido aos investimentos nesta área para questões ligadas à COVID-19, o sector da saúde ainda conta com uma infra-estrutura limitada e serviços pouco abrangentes. Reflectindo a composição da estrutura da despesa neste sector, enquanto o rácio de habitantes/médicos e o número de partos institucionais assistidos têm a tendência de melhorar, os rácios de habitantes por unidade sanitária tendem a deteriorar.

Tabela 2: Indicadores do Sector da Saúde

Indicadores	Real 2020	Previsão 2021	PESOE 2022
Nº de Partos institucionais assistidos	1.168.211	1.169.257	1.194.763
Rácios Hab/Unid Sanitária	144.835	149.127	150.912
Rácios Hab/Médicos	141.890	141.878	114.327

Fonte: PESOE 2022

O País enfrenta grandes desafios no cumprimento da maioria das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, com uma tendência de estagnação e uma melhoria moderada em alguns indicadores⁵¹. Estes resultados implicam que o Governo deverá realizar investimentos mais agressivos no sector de saúde, sobretudo na expansão da rede de unidades hospitalares, se pretender cumprir com a Agenda de Desenvolvimento 2030.

4.2. EDUCAÇÃO

Em relação a este sector, o PESOE 2022 prevê uma despesa correspondente a 70.236,3 milhões de Meticais (22,5%), representando um crescimento nominal de 10% relativamente a Lei Orçamental 2021.

A análise dos principais indicadores do sector da educação da PESOE 2022 aponta para uma melhoria nas infra-estruturas e condições de ensino. No entanto, apesar dos progressos na capacidade do Governo de melhorar o acesso à educação, o mesmo não se verifica na sua capacidade de melhorar a qualidade no ensino visto que as crianças que concluem o primeiro ciclo do ensino primário, apenas 4.9% desenvolvem as competências requeridas, incluindo habilidades básicas de leitura, escrita e matemática².

² MINED(2020), Plano Estratégico da Educação 2020-2029

Tabela 3: Indicadores do Sector da Educação

Indicadores	Real 2020	PESOE 2022	Meta 2024
Rácio alunos por professor	67	65	55
Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º ciclo	30,70%	28%	35%
Nº de carteiras escolares distribuídas	23.757	60.700	260.875
Nº de salas de aula construídas	583	3.040	3.355
Nº de livros distribuídos	21.718.710	21.522.750	101.718.710

O País já alcançou a meta referente à Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental, sendo a tendência de manutenção deste feito³. Paralelamente, ainda enfrenta grandes desafios no alcance das metas relativas à taxa de conclusão do ensino médio e à taxa de alfabetização. O analfabetismo é mais prevalente nas áreas rurais, onde vivem 57% das pessoas não alfabetizadas em comparação com 23% que reside nas áreas urbanas.

Tabela 4: OSD4 – Educação de qualidade

Indicadores	Última actualização
Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)	97,6
Taxa de conclusão do ensino médio (%)	24,2
Taxa de alfabetização (% da população de 15 a 24 anos)	70,9

Estes resultados sugerem que o Governo tem, efectivamente, empreendidos esforços para aumentar o efectivo escolar no País, entretanto, recomenda-se que tais esforços sejam também acompanhados por investimentos destinados a manter os estudantes matriculados nas escolas e na melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

4.2.1. Equidade no acesso à educação e o empoderamento da mulher

Um aspecto igualmente preocupante sobre o acesso à educação no País está relacionado com a justiça de género, com sérias implicações no empoderamento da mulher. Não apenas o acesso à escola, mas o acesso efectivo à escolarização completa. Com efeito, além dos altos riscos à saúde materna, casamentos prematuros, perspectivas económicas limitadas e violência de géne-

³ Idem 8

ro, os baixos níveis de educação colocam as mulheres em grande desvantagem relativamente aos homens⁴. Poucas meninas concluem o ensino fundamental (45,8%), menos ainda concluem o ensino médio (18%).

Estes resultados evidenciam a necessidade do governo realizar mais investimentos no desenvolvimento de currículos, materiais de ensino e abordagens educacionais sensíveis ao género, campanhas de consciencialização social com pais e comunidades ressaltam a importância do aprendizado e da frequência escolar das meninas, além de actividades que contribuam para a redução dos obstáculos que impedem a matrícula, retenção e transição para o ensino médio para meninas.

4.3 PROTECÇÃO SOCIAL

No que diz respeito aos Programas de Protecção Social, para o ano de 2022 está estimado o montante de 6.194,5 milhões de Meticais, uma redução em termos nominais de 36% relativamente à Lei Orçamental de 2021. Deste montante, 4.750,0 milhões de Meticais (73%) são provenientes da componente interna, o que significa um incremento de 5,4% em termos nominais, em relação à previsão de 2021.

Apesar do incremento da alocação interna em 242,2 milhões de Meticais, em termos globais, verifica-se um desinvestimento nos programas de protecção social na ordem dos 3.484,4 milhões de Meticais. O PESOE 2022 prevê uma redução significativa nas alocações destinadas à Acção Social Produtiva, Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo e os Programas de Atendimento em Unidades Sociais. Adicionalmente, não foram contempladas alocações para os Serviços Sociais de Acção Social e os Trabalhos Públicos Inclusivos.

Tabela 5: Programas de Protecção Social

	L.O 2021	PESOE 2022	Var (%)
Programas de Protecção Social	9.678,9	6.194,5	-36
Subsídio Social Básico	3.616,2	4437	23
Apoio Social Directo	1.985,9	1.338,3	-33
Serviços Sociais de Acção Social	0	0	0
Acção Social Produtiva	2.224,8	267,8	-88
Programa de Atendimento em Unidades Social	146,5	118,1	-19
Programas de Serviços Sociais de Acção Social	0	33,4	100
Programa de Emergência – COVID-19	1.589,7	0	-100
Trabalhos Públicos Inclusivo	115,9	0	-100

Fonte: PESOE 2022

⁴ USAID (2019), Gender Equality & Female Empowerment.

No cômputo geral, a cobertura dos programas de apoio social ainda está aquém do desejado, actualmente abrangendo apenas 22% dos Agregados familiares em situação de pobreza, uma percentagem que se prevê que aumente para 25% (PESOE 2022). Uma situação preocupante considerando que grande parte da população ainda enfrenta elevados níveis de insegurança económica e social, sobretudo os agregados familiares no extremo das situações de pobreza e dependência, onde se inserem os grupos prioritários da protecção social.

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, ocupando a 181ª posição num conjunto de 189 países no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano⁵. Com mais de 30 milhões de habitantes, dos quais 65,08 vivem em áreas rurais⁶, o País conta actualmente com 60,7% da população total vivendo abaixo da linha de pobreza (\$1.90/dia) e com baixo acesso a serviços sociais básicos⁷, uma deterioração contra os 46,1% registados em 2014.

Esta realidade, combinada com a baixa cobertura dos programas de apoio social, tende a resultar em situações de prevalência de fome e má nutrição no seio da camada mais vulnerável da população, comprometendo o cumprimento da Agenda de Desenvolvimento 2030, no que refere à erradicação da pobreza (ODS 1) e Fome zero (ODS 2).

Dados do Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2021) apontam para a existência de grandes desafios no que se refere ao cumprimento das metas da erradicação da pobreza no País, tendo até experimentado uma reversão dos ganhos alcançados devido à pandemia da COVID-19. Com efeito, o rácio do número de pessoas vivendo com menos de USD 1,90/dia aumentou para 60,7%, contra os 46,1% de 2014/2015.

Tabela 6: ODS1 - Sem pobreza

Indicadores	2021
1.1.1 Rácio do número de pessoas na pobreza a USD 1,90/dia (%)	60,7
1.2.1 Rácio do número de pessoas na pobreza a USD 3,20/dia (%)	81,0

Face aos altos níveis de pobreza, grandes desafios são igualmente enfrentados no que se refere à eliminação da fome, alcance da segurança alimentar e melhoria da nutrição da população. Embora o País tenha completado com sucesso três (3) dos indicadores sobre a eliminação da fome (ODS 4), designadamente: prevalência de atrofia em crianças menores de cinco (5) anos; prevalência de obesidade e o nível trófico – o mesmo não se pode dizer sobre a má nutrição. O País tem enfrentado grandes desafios na redução da prevalência de desnutrição, com tendência de estagnação nos mesmos níveis⁸.

⁵ Idem 3

⁶ Instituto Nacional de Estatísticas (2021)

⁷ Idem 8

⁸ Idem 8

Tabela 7: ODS2 - Fome Zero

Indicadores	Últimos dados
Prevalência de desnutrição (%)	32,6
Prevalência de atrofia em crianças menores de 5 anos de idade (%)	42,3

De acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”, produzido em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Moçambique figura no grupo dos 56 países com as maiores taxas de desnutrição crónica, ao lado de alguns países africanos como Angola, África do Sul e Malawi. Com cerca de 9,5 milhões de pessoas desnutridas, o País apresenta uma taxa de prevalência de 31,2%.

Tendo em conta esta realidade e sobretudo o impacto da pandemia da COVID-19 no agravamento da vulnerabilidade dos grupos alvo da protecção social combinada com a previsão de subida de inflação que irá reduzir o poder de compra e aumentar o custo de vida dos cidadãos, a expansão dos programas de assistência social dirigidos às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, em linha com a Meta 1.3. dos ODS - “Implementar sistemas e medidas de protecção social apropriadas ao contexto moçambicano, incluindo pisos, até 2030 alcançar uma cobertura substancial dos pobres e vulneráveis” - revela-se cada vez mais premente e pertinente.

Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira

Editor: Prof. Adriano Nuvunga

Autor: Dimas Sinoia e Filza Rajá

📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo

☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org

🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz

FMO

🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmomozambique@gmail.com

📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz

📺 Youtube